

Anexo I

1 – Manuel da Conceição Antunes, com B.I nº 4346945 morador em Estrada D. Maria, Paredões – Batalha, na qualidade de representante legal de Manuel da Conceição Antunes – Construções e Obras Públicas, SA, com número de identificação fiscal 504225286 e sede em I.C. 2 (E.N.1) – Vale Gracioso - 2400-827 AZOIA-LEIRIA, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **"FREGUESIA DO LOURIÇAL / ASFALTAGEM DE ESTRADAS E CAMINHOS NA FREGUESIA (ARRUAMENTOS EM RIBEIRA DE SANTO AMARO, OUTEIRO DO LOURIÇAL, CASAL MOURO, FOITOS, CASAIS D'ALÉM, CASAL DE SANTO ANTÓNIO E CAVADA) - PROC. N.º 08/2019"** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos;
- b) Certidão Permanente;
- c) Nota Justificativa do Preço proposto;
- d) Memória Descritiva e Justificativa;
- e) Declaração (art.º 60 do nº4 do CCP);
- f) Declaração de Preço anormalmente baixo;
- g) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
- h) Proposta de Preço;
- i) Plano trabalhos, Plano pagamentos e Cronograma Financeiro;
- j) Plano de Mão-de-obra e Plano de Equipamento.

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vale Gracioso, 07 de março de 2019